



**República de Angola**

Ministério dos Transportes

## **COMUNICADO FINAL DO CONSELHO TÉCNICO DO SUB- SECTOR DOS TRANSPORTES TERRESTRES**

**Luanda, 30 Abril de 2024**



GOVERNO DE  
**ANGOLA**

**mintrans.gov.ao**  
Ministério dos Transportes

Sob a Presidência de Sua Excelência Senhor Secretário de Estado para os Transportes Terrestres, **Dr. Jorge Bengue Calumbo**, o **Ministério do Transportes realizou** aos 30 de Abril do ano de 2024, em Luanda, no Auditório da Academia Diplomática Venâncio de Moura, o Conselho Técnico do Sub-sector dos Transportes Terrestres, sob o lema: **Caminhos para uma Mobilidade Sustentável**.

O evento, serviu como antecâmara do Conselho Consultivo do Ministério dos Transportes, e se constituiu num canal de facilitação de diálogo entre os principais intervenientes da cadeia dos transportes terrestres, e teve como objectivos principais:

- Dialogar com os principais intervenientes da cadeia dos transportes terrestres, com vista a encontrar soluções inovadoras que se adequem a nossa realidade.
- Impulsionar a melhoria continua dos sistemas de transportes, de modos que se criem condições de acessibilidade, que facilitem a mobilidade de pessoas e bens em todo o território nacional através do controlo, planeamento, regulamentação técnica e fiscalização.

O Conselho Técnico ocorreu de forma híbrida, dos 300 convidados previstos, o evento **reuniu presencialmente 297** convidados, dos quais, destacam-se as presenças de Sua Excelência Senhor Secretário de Estado para o Sector da Aviação Civil, Marítimo e Portuário, Dr. Rui Carreira; do Presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional dos Transportes Terrestres, Dr. Énio Renato de Magalhães Costa; da Presidente da Agência Marítima Nacional, Dra. Dr.<sup>a</sup> Anisabel de Campos Veríssimo e Costa e da Administradora do Distrito Urbano do Kilamba, Arqt<sup>a</sup> Loyde António, que acompanharam pormenorizadamente as intervenções.

## I. PAINEIS E RECOMENDAÇÕES

O Conselho Técnico do Sub-sector dos Transportes Terrestres, contou com cinco painéis, compostos por cinco moderadores e quinze preletores, dos quais, cinco (10) especialistas angolanos e (5) estrangeiros, cujos temas e recomendações se consubstanciaram nas seguintes:

### **Painel n.º 1**

**Tema: Papel dos Stakeholders na Cadeia de Transporte Urbano Regular de Passageiros.**

**Objectivo:** Analisar as sobreposições de responsabilidades das diferentes instituições, com intuito de clarificar o seu papel na cadeia dos transportes públicos urbano regular de passageiros.

Moderado pela **Dr.ª Eugênia Pereira**, PCA da Autoridade Reguladora da Concorrência.

### **Preletores:**

Dr.ª Rosete Celestino, Directora de Regulação da Agência Nacional dos Transportes Terrestres;

Dr. Valter António, representante do Instituto de Gestão de Ativos e Participação do Estado;

Dr. Dário Bamba, Director do Gabinete Jurídico e de Intercâmbio no Ministério da Administração e Território;

Eng.º Mário Nsingui Pedro, PCE da Empresa Nacional de Bilhética Integrada

### **Recomendações:**

- 1- Que não obstante a implementação de políticas públicas para aumento da oferta de transportes terrestres, sejam promovidas mais acções que garantam a qualidade dos serviços prestados;
- 2- Que sejam partilhadas sinergias entre os diferentes Departamentos Ministeriais para que mais facilmente se encontrem os caminhos

necessários à resolução da problemática da mobilidade de pessoas e bens.

- 3- Que se possa garantir a inclusão dos Operadores em todos os segmentos, desde o planeamento, concessão, operacionalização e até na fiscalização.
- 4- Que haja esforço e acções contínuas para a harmonização e implementação das normas aprovadas em sede das três Comunidades Económicas Regionais, nomeadamente, o COMESA, EAC e a SADC.
- 5- Que sejam descuradas práticas administrativas fora das que estejam estabelecidas por lei, de modo a evitar as sobreposições e as cogitações entre os diferentes intervenientes da cadeia;
- 6- Que sejam definidos horários e preços para o transporte regular de passageiros;
- 7- Que sejam consideradas as acções de planificação local, para uma melhor mobilidade e garantia da sua continuidade;
- 8- Que as acções em volta dos transportes, tráfego e mobilidade urbana, estejam necessariamente estar ligadas às competências do Governo Local;
- 9- Que os Terminais de Transportes Públicos passem a ser inscritos nos programas de transporte público dos Governos Provinciais;
- 10- Que nas acções de Planeamento dos Projectos dos distintos Departamentos Ministeriais, os Governadores sejam ouvidos previamente, para que possam emitir o Parecer do Governo Local em relação aos respectivos projectos;
- 11- Que haja acções de auscultação prévia dos operadores, antes da implementação de políticas de subida dos preços dos combustíveis.

## **Painel n.º 2**

### **Tema: Desafios do Planeamento dos Sistemas de Transportes Urbano**

**Objectivo:** Definir o padrão de planeamento dos sistemas de transportes das cidades; e partilhar as boas práticas a nível dos transportes metropolitanos, com base no Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa.

Moderado por **Dr. Lenine Narciso**, Director do Gabinete de Estudos, Projectos e Estatísticas do Ministério dos Transportes.

#### **Preleitores:**

Eng.<sup>a</sup> Patrícia Veras, representante da PAIT Consulting

Eng.<sup>o</sup> Eugénio Fernandes, Director da Direcção Nacional para Economia das Concessões do Ministério dos Transportes

Dr. Faustino Gomes, PCA dos Transportes Metropolitano de Lisboa

#### **Recomendações:**

1. Que sejam promovidas acções que permitam a utilização de meios mais ecológicos, tal como as bicicletas e as trotinetes, que ajudam na mobilidade ativa e promoção da saúde pública;
2. Que de forma contínua sejam implementadas políticas de integração multimodal, para que não seja subcarregado o sector rodoviário, evitando assim os congestionamentos que muito afetam no PIB nacional;
3. Que sejam aplicadas medidas de melhorias das condições de comodidade a nível dos serviços prestados pelos operadores de transporte público;
4. Que sejam massificados os Programas de Educação sobre o Trânsito Rodoviário e Ferroviário nas escolas e demais Instituições de Ensino;

5. Que dentro do escopo dos projectos a nível dos transportes públicos, sejam priorizados os projectos de implementação dos BRT's, para melhor descongestionamento do trânsito;
6. Que sejam implementadas políticas que facilitem a industrialização da Bicicleta em Angola, para promoção da mobilidade activa e redução da poluição do ar;
7. Que sejam criadas passadeiras acessíveis e seguras, bem como travessia com níveis adequados de sinalização;
8. Que sejam implementados projectos de integração dos sistemas de transportes, que propiciem a criação de cidades humanizadas, havendo para o efeito, soluções mais simplificadas e de baixo custo;
9. Que se possa observar as metas ambientais mundialmente estabelecidas, e seus impactos, para se poder quantificar e melhor implementar os projectos metropolitanos;
10. Que sejam definidas as formas de financiamento, os protagonistas dos projectos e as prioridades necessárias na implementação de projectos metropolitanos;
11. Que sejam priorizadas a construção de Estações simplificadas e mais económicas a nível dos Caminhos de Ferro;
12. Que se comece a olhar para as necessidades das infraestruturas, de modo que sejam adicionadas no Orçamento Geral do Estado para o ano de 2025.

### **Painel n.º 3**

#### **Tema: Transporte Ferroviário**

**Objectivo:** Perceber o papel da Polícia de Segurança dos Objectivos Estratégicos nos caminhos de ferro, bem como os desafios e expectativas dos Corredores Ferroviários de Angola, na óptica de segurança, investimentos e concessão.

Moderado por: **Eng.º Lourenço Pina**, Director do Gabinete de Tecnologia, Informação Institucional e Imprensa do Ministério dos Transportes

#### **Preleitores:**

Sub-comissário Xavier Monteiro, 2.º Comandante da Polícia de Segurança dos Objectivos Estratégicos.

Eng.º Francisco Franca, PCA da Lobito Atlantic Railway

#### **Recomendação:**

1. Que sejam promovidas junto com as empresas privadas, acções de Educação Ferroviárias a nível das Comunidades, por meio de campanhas de mobilização e sensibilização das pessoas.

#### **Das principais notas sobre o painel, destacaram-se as seguintes:**

- a) A situação de segurança dos Caminhos de Ferro de Angola considera-se calma e controlada;
- b) A Polícia de Segurança dos Objectivos Estratégicos tem garantido a prevenção, detenção e anulação de actos criminais que perigam a vida das pessoas e das meios ferroviários;
- c) Foram igualmente apresentadas as principais ocorrências a nível dos Caminhos de Ferro de Angola, das quais mencionou-se a retirada da brita ao longo da linha férrea; o apedrejamento dos comboios, a retirada dos parafusos e a venda ao longo da linha.

- d) A nível das apreciações em relação ao Corredor do Lobito, foi indicado como uma das principais vantagens do Corredor, a curta distância que ela possui em relação aos principais Corredores de África, facto que acaba por se tornar numa das principais causas de atrações de clientes.
- e) A nível da operação ao longo do Corredor, a LAR já efetuou 30 viagens internacionais ao longo dos primeiros quatros meses.
- f) Ao concluir, e já em sede dos benefícios do Corredor, ficou aclarado que a operacionalização do Corredor do Lobito, é uma mais valia na atração de negócios, no desenvolvimento da Indústria e na massificação da agricultura, não só a nível nacional, como também, regional.

#### **Painel n.º 4**

##### **Tema: Segurança Rodoviária em Angola**

**Objectivo:** Analisar, com base no Plano Nacional de Segurança Rodoviária 2023-2027, e a nível das seguradoras, as medidas, acções e políticas em curso para redução da sinistralidade rodoviária.

Moderado pelo: Comissário Abel Baptista, Direcção de Trânsito e Segurança Rodoviária.

#### **Preleitores:**

Dr. Adriano de Rosário, representante da Direcção de Trânsito e Segurança Rodoviária;

Dr. Silvano Adriano, representante da Agência Reguladora de Seguros;

Dr.ª Fátima P. da Silva, Professora e Consultora Internacional em Psicologia do Tráfego.

#### **Recomendações:**

1. Que as pessoas adquiram os serviços de seguros, considerando as suas principais vantagens para a vida humana, para os meios e para as infraestruturas;



2. Que sejam massificadas as acções de sensibilização, visando uma mudança de consciência das pessoas, para que sejam reduzidos os índices de sinistralidade em Angola;
3. Que sejam desencadeadas acções em conjunto, no domínio da formação de condutores, sendo este também uma das recomendações da SADC.
4. Que sejam desencadeadas acções para identificação de locais em que ocorrem os principais acidentes, de modo que sejam implementadas acções específicas nestes locais;
5. Que sejam acelerados os trabalhos em relação a harmonização das normas da SADC;
6. Que as instituições afins desencadeiem acções para melhoria dos serviços de assistência técnica após as sinistralidades, de modo que sejam reduzidas as mortes por acidentes;
7. Que sejam despoletadas acções para melhor divulgação do acesso, benefício e vantagens do Fundo de Garantia Automóvel, para promover mais adesão por parte dos cidadãos.

Foram apresentadas algumas notas, das quais se destacam as seguintes:

- a) O seguro garante estabilidade e segurança das pessoas e dos meios, na medida em que a responsabilidade do risco é transferido para uma entidade;
- b) O seguro de responsabilidade civil é de lei, e é obrigatório para os todos os cidadãos;
- c) Já decorrem acções junto da SADC, para que em breve Angola possa aderir à Carta Amarela.

## **Painel n.º 5**

### **Tema: Desafios do Transporte Rodoviário Transfronteiriço**

**Objetivo:** Analisar a importância dos Corredores rodoviários transfronteiriços, os desafios dos operadores angolanos a nível da SADC, bem como o estado de implementação de harmonização das normas do transporte transfronteiriço.

Moderado pela: **Dr.ª Sandra Ramos**, Administradora para Área Jurídica e de Regulação da Agência Nacional dos Transportes Terrestres.

#### **Preletores:**

Dr. Godwin Punungwe, Consultor da SADC para os Transportes Transfronteiriços;

Dr. António Gavião, Presidente da Associação das Transportadoras Rodoviárias de Mercadorias de Angola;

Dr.ª Nádia Zubaida, Consultora e economista para o sector dos transportes.

#### **Recomendações:**

1. Que sejam criados postos de pesagem ao longo do Corredor, para facilitar a inspeção de veículos que circulam ao longo dos Corredores;
2. Que se comece a pensar na implementação de Corredores inteligentes, que facilitem o fornecimento integral de informações, por meio de plataformas baseadas em tecnologias de Informação;
3. Que sejam criadas condições para implementação de sistemas CTMS, que já têm vindo a facilitar a troca de informações e a integração a nível da região;
4. Que seja implementado com maior celeridade o Programa Tripartido de Facilitação de Transportes e Trânsito.

#### **Nota Importantes:**

- a) O programa Tripartido de Facilitação de Transportes e Trânsito está num período de pausa, sendo que terminou a primeira fase e

oportunamente poderá iniciar a segunda fase, para a sua implementação em Angola;

- b) Foi criado junto com Ministério dos Transportes, um Comité Principal para a Implementação do Plano de Acção, cuja ANTT é o ponto focal. Porém, integram neste Comité, representantes de diferentes Departamentos Ministeriais.

### III. CONCLUSÃO E RESULTADOS ALCANÇADOS

Concluídas as apreciações em torno dos temas propostos, o evento alcançou os objectivos previamente traçados, tendo se colhido os seguintes resultados:

- Clarificação em relação as responsabilidades das diferentes instituições, e o papel de cada uma na cadeia dos transportes públicos urbano regular de passageiros;
- Elucidação e recomendações para o estabelecimento de um padrão abrangente e orientador para planeamento dos sistemas de transportes das cidades, exequível de acordo ao contexto nacional;
- Recomendações precisas para definição de acções exequíveis no contexto angolano, que promovam as boas práticas a nível dos Corredores Ferroviários de Angola, quer a nível da segurança, investimentos, como das concessões;
- Clarificação e recomendações sobre medidas adoptadas que carecem de implementação ou reforço, para redução da sinistralidade rodoviária;
- Colheita de recomendações para os principais desafios do transporte transfronteiriço, bem como esclarecimentos em relação ao estado da implementação dos passos subsequentes do programa de harmonização das normas do transporte transfronteiriço em Angola.

Por conseguinte, Sua Excelência Senhor Secretário de Estado para os Transportes Terrestres, Dr. Jorge Bengue Calumbo, o proferiu o discurso final, marcando assim o encerramento do Conselho Técnico.

**Em Luanda, aos 30 de Abril de 2024**